



A construção de Itaipu e a violência cometida contra os indígenas do tronco Guarani do oeste do Paraná

1 Graduada em História (Licenciatura) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

2 Graduada em História (Bacharelado) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Camila Cristina dos Santos¹ 

Giovana Carolina Heidemann Maciel² 

INTRODUÇÃO

Durante a Ditadura Militar, houve a construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional no estado do Paraná: “a obra [...] teve início em 1975 e foi inaugurada em 1984, com operação comercial em 1986” (CAMPOS e BRANDÃO, 2023, p. 13). A formação do reservatório da usina remete aos governos anteriores, visto que foi iniciada durante a gestão do presidente Juscelino Kubitschek (RECALCATTI, 2021, p. 39). No que concerne à usina, o Brasil e o Paraguai firmaram, no dia 26 de abril de 1973, o Tratado de Itaipu com o intuito de construir uma empresa binacional e promover o aproveitamento hidráulico do rio Paraná, isto é, do percurso entre o Salto das Sete Quedas (na cidade de Guaíra) e Foz do Iguaçu (RECALCATTI, 2021, pp. 41-42). Quanto às fases da formação da usina, houve o desvio da água do Rio Paraná (no governo Geisel), o fechamento das comportas do desvio (em outubro de 1982, já no governo Figueiredo), seguido do enchimento do lago e, finalmente, o funcionamento da primeira unidade geradora (RIBEIRO, 2006, pp. 23-24). Como resultado deste processo, ocorreu a destruição do Salto das Sete Quedas, o alagamento das terras dos indígenas Avá-Guarani e a inundação de áreas de oito municípios do oeste paranaense (RECALCATTI, 2021, pp. 41-42).

A construção de Itaipu em análise, foi fortemente atrelada à política econômica dos militares e ao discurso do progresso transmitido pelo regime, contudo “o custo social, econômico e ambiental de Itaipu foi altíssimo” (RIBEIRO, 2006, p. 91). Como também, representou o estabelecimento de diferentes tipos de violência: “a violência física vitimou milhares de indígenas. Registra-se também a violência contra sua cultura e suas instituições sociais e, especialmente, contra seus territórios” (NEGÓCIO, 2017, p. 263). A fim de aprofundar essa discussão, adotou-se a noção de violência apresentada pela psicóloga Myrna Coelho:

A violência pode ser entendida como tudo aquilo que reduz um sujeito à condição de objeto. A violência é o exercício da força física e da coação psíquica para obrigar alguém a fazer alguma coisa contrária a si, causando-lhe danos tão profundos que podem chegar a ser irreparáveis (COELHO, 2014, p. 151).

Os Avá-Guarani, por essa perspectiva, foram vítimas de uma coação psicológica, uma vez que não receberam uma indenização digna e foram pressionados a aceitar as propostas de Itaipu, as quais não condizem as suas reais necessidades. É importante salientar que os grupos localizados na região eram numerosos, mas com o deslocamento forçado, ocasionado pela formação do lago, ocorreu uma mudança de cenário:

É importante considerar que se antes do fechamento das comportas havia ao menos 19 tekoha na margem esquerda do rio Paraná, agora, com o lago formado, restou apenas uma, com pouco mais de 200 hectares de terra (MELO e BRIGHENTI, 2020, p. 5).

Para mais, atestou-se que os indígenas possuíam um sentimento identitário com relação ao Salto das Sete Quedas. Um afeto pelas cachoeiras, semelhantemente, era compartilhado pela população local e uma dependência dos recursos provenientes da água e das terras ao redor das quedas (RECALCATTI, 2021, pp. 58-59). Entretanto, para os guaranis, representou um comprometimento em relação à missão lhes incumbida de proteção da região (FARIAS, 2017, pp. 32-33). Mediante tal pressuposto, as funções de sustento e de identidade das cachoeiras eram associadas a ambos os grupos mencionados, mas para os indígenas a função identitária estendia-se ao âmbito religioso. Em acréscimo, examinou-se que a exposição da temática da violência tem importância na medida em que a Ditadura Militar minimizou os danos causados pela tragédia da destruição do Salto das Sete Quedas e desconsiderou os indígenas que ficaram desamparados.

DESENVOLVIMENTO

Em exposição, “o povo indígena Avá-Guarani é um subgrupo linguístico da língua Guarani, família Tupi-Guarani que habita a região Oeste do Paraná, o Leste do Paraguai e o Nordeste da Argentina” (SANTOS e BRIGHENTI, 2020, p. 80). Sendo conhecido, também, por outros nomes: “[...] Ñandeva, Guarani ou Chiripá” (SANTOS e BRIGHENTI, 2020, p.80), esses indígenas encontravam-se no Oeste do Paraná desde tempos anteriores à chegada dos europeus (MASUZAKI, 2016, p.1), estando “[...] organizados em pequenas comunidades interligadas pelas relações socioculturais” (SANTOS e BRIGHENTI, 2020, p. 81). A partir da década de 1940, chegaram na região as companhias colonizadoras, que exploraram a mão de obra dos Avá-Guarani e os expulsaram das suas terras (MASUZAKI, 2016, p. 4): como resultado do avanço das fronteiras agrícolas e da política indigenista (SANTOS, BARRETO e MELO, 2019, p. 2). Em vista disso, os indígenas ficaram concentrados em pequenas terras nas margens do rio Paraná (SANTOS e BRIGUENTI, 2020, p. 81-82), afetando o seu modo de vida. A construção da Itaipu Binacional, por fim, resultou no alagamento das terras

nas proximidades do rio (SANTOS e BRIGUENTI, 2020, p. 82) e culminou na expulsão dos Avá-Guarani. Em síntese, ao longo dos processos de desapropriação territorial, os indígenas ficaram mais desassistidos e impossibilitados de executarem o seu modo de vida. Por isso, a resistência dos Avá-Guarani é marcada pela memória coletiva de todos os processos de retirada dos seus territórios (SANTOS, BARRETO e MELO, 2019, p. 5).

A construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional, por sua vez, resultou de um acordo firmado, em 1973, entre o Brasil e o Paraguai — durante a vigência de ditaduras militares em ambos os países (MELO e BRIGUENTI, 2020, p. 2). No tocante ao Brasil, o projeto da usina situava-se na perspectiva dos militares de progresso e da própria política econômica da ditadura: a exemplo do intitulado Milagre Econômico (1969-1974) que simboliza a visão econômica implementada pelos militares, de industrialização por intermédio de empréstimos. A usina de Itaipu, no que lhe diz respeito, enquadra-se nessa política dado que o seu financiamento foi, quase em sua totalidade, realizado por empréstimos³ — de acordo com o *site* da usina. Havia, ainda, a ideia de progresso propagada pelo governo dos militares, que teve em Itaipu uma de suas materializações:

a empresa [...] era o próprio símbolo do progresso, o motor que levaria o país a sair do atraso econômico e manteria o país nos trilhos do desenvolvimento tecnológico, colocando-o na vanguarda da produção de energia “limpa” e renovável (FARIAS, 2017, p. 20).

Diante disso, pode-se dizer que havia nos projetos desenvolvimentistas da Ditadura Militar o intuito de criação de:

[...] obras faraônicas [...] a menina dos olhos do regime autoritário brasileiro que se apresentava como símbolo do Brasil Grande, como necessárias à ‘Segurança e Desenvolvimento’ do país (GONÇALVES, 1990, p. 32 *apud* SOUZA, 2005, p. 30).

Igualmente, é notável que havia uma preocupação com a formação da imagem do Brasil no exterior e que Itaipu, por esse viés, serviu de propaganda para a Ditadura Militar no cenário tanto nacional, quanto internacional: “a preocupação com a imagem externa do Brasil sempre foi grande entre as elites brasileiras. Ela seria uma constante entre os militares durante os 21 anos em que se mantiveram no poder” (FICO, 2014, p. 107). O progresso, em retomada, encaixava-se em uma noção de promoção do desenvolvimento independentemente das consequências (ambientais, sociais ou culturais) e foi fomentado pela propaganda militar:

Esta idéia traz no seu bojo, a vinculação à necessidade de ordem. [...]. Era como se a nação estivesse sendo representada por Foz. [...]. Itaipu seria como um emblema da dinâmica responsável pela modernização do país (RIBEIRO, 2006, p. 107).

³ Disponível em: itaipu.gov.br/institucional/financiamento-da-construcao-de-itaipu.

Tratava-se, então, de um projeto de nação — defendido pelos militares — que teve em Itaipu uma das suas concretizações.

Durante a execução do projeto da usina, detectou-se ocorrências de vários problemas como: acidentes de trabalho (CAMPOS e BRANDÃO, 2023, p. 10), alagamentos de terras dos habitantes regionais (CAMPOS e BRANDÃO, 2023, pp. 16-17), a inundação das terras dos indígenas Avá-Guarani (CAMPOS e BRANDÃO, 2023, p. 17-18), o favorecimento de empreiteiras (CAMPOS e BRANDÃO, 2023, pp. 19-23), desapropriações de moradores (FARIAS, 2017, pp. 24-25), reassentamentos de pessoas em outros estados (CAMPOS e BRANDÃO, 2023, p. 17), o comprometimento do modo de vida dos indígenas e pescadores que dependiam dos fornecimentos do rio para as suas sobrevivências (CAMPOS e BRANDÃO, 2023, pp. 17-19) e o favorecimento do Brasil com a compra da energia paraguaia a baixo custo, com o início do funcionamento da usina (CAMPOS e BRANDÃO, 2023, pp. 23-24).

No que diz respeito à violência envolvida durante a efetivação da obra, defende-se a percepção de que: “[...] a violência como um dispositivo de poder é vista como prática disciplinar que produz um dano social, instaurando uma justificativa racional, desde a exclusão, efetiva ou simbólica, até a prescrição de estigmas [...]” (BUCHVITZ, 2013, p. 48). Em vista disso, apoia-se que a Ditadura Militar fomentou a violência contra: os funcionários da obra (pela exploração trabalhista e coação psicológica) (RIBEIRO, 2006, pp. 161-164), a população local (desposada de patrimônios pessoais como lavouras, pastagens e moradias) (FARIAS, 2017, p. 30) e os indígenas Avá-Guarani. Conjuntamente, sustenta-se que o projeto resultou na violência ambiental — ante os conhecidos impactos ecológicos provenientes da construção de qualquer usina hidrelétrica, como a ocorrência de mudanças climáticas (RECALCATTI, 2021, pp. 87-88). Como também, resultou no aumento da população de Foz do Iguaçu e dos problemas urbanos na cidade (a violência, a criminalidade, o desemprego, entre outros) (FARIAS, 2017, pp. 23-24).

Os Avá-Guarani, no que lhes concerne, foram vítimas tanto da violência física, quanto da violência simbólica. A violência física contra esses indígenas, por seu lado, foi confirmada pelos laudos da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão Estadual da Verdade. Em 2014, a Comissão Nacional da Verdade tornou público um relatório em que elencou as diversas violências sofridas pelos Avá-Guarani, juntamente com possíveis medidas de reparação para as vítimas (ALCÂNTARA *et al.*, 2019, p. 10). Enquanto a Comissão Estadual da Verdade, de 2017, foi fruto do trabalho de Olympio de Sá Sotto Maior Neto, no Ministério Público do Paraná, e apresentou um capítulo específico sobre as violações aplicadas aos indígenas Avá-Guarani, durante a Ditadura Militar, no oeste paranaense (ALCÂNTARA *et al.*, 2019, pp. 15-16). No relatório da Comissão Nacional da Verdade, por seu turno, foram salientados:

[...] os principais tipos de violações de direitos cometidos contra os povos indígenas Avá-Guarani, das quais, entre eles estariam: “remoções forçadas do território tradicional; usurpação de trabalho indígena e trabalho escravo; prisões, torturas e maus tratos; desagregação social e extermínio” (SILVA, 2016, p.347 *apud* BRIGUENTI e SANTOS, 2020, p. 94).

Neste artigo optou-se por aprofundar, especificamente, a violência simbólica contra os Avá-Guarani. Diante do colocado, respalda-se que, teoricamente:

[...] o pensador francês Pierre Bourdieu (1975) foi quem estudou primeiramente o conceito de violência simbólica, em que descreve o processo pelo qual a classe que domina economicamente impõe sua cultura aos dominados [...] (BOURDIEU e PASSERON, 1975 *apud* BUCHVITZ, 2013, p. 44).

Por essa lógica, é possível observar a influência do poder dos dominantes, ao promover a imposição dos seus costumes contra os oprimidos. Em aprofundamento, para viabilizar uma análise da violência psicológica (uma violência que não é de natureza física), partiu-se do campo da Psicologia, no qual é considerado que:

Existe a diferença entre a violência física que oprime pelo excesso da força corporal ou armada e, a violência simbólica que se caracteriza pela exclusão social e é dominada pela linguagem, podendo as palavras negar, oprimir ou destruir psicologicamente o outro (BUCHVITZ, 2013, p. 52).

Seguidamente, aplicou-se o conceito de violência simbólica à situação de desconsideração das demandas dos indígenas guaranis, durante a concretização do projeto de formação da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional, pela gestão da Ditadura Militar: tendo em vista que foi-lhes fornecida uma pequena área, que não atendia as suas demandas culturais — uma vez que eles distribuíssem, costumeiramente, em famílias nucleares (distantes umas das outras), são praticantes da agricultura de subsistência e necessitam de grandes áreas agrícolas para a efetivação do seu modo de vida (RECALCATTI, 2020, p. 80). Em acréscimo, considerou-se o quadro de não recebimento de uma indenização digna e de coação ao acatamento das propostas de Itaipu, não condizentes com as reais necessidades desses indígenas. Averiguou-se, então, a existência de violência nas perdas de natureza física, isto é, das terras — visto que, elas simbolizam a subsistência dos Avá-Guarani. Do mesmo modo que, percebeu-se que violência de natureza simbólica está na função representacional das terras, ou seja, na função identitária e na religiosa — ambas relativas ao campo psicológico. O próprio Salto das Sete Quedas possuía essas funções sagradas (RECALCATTI, 2020, p. 80): a propósito, o local era o antigo detentor das maiores cachoeiras do mundo em volume de água⁴, de acordo com a Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, do município de Guaíra (PR). Em face do exposto, verificou-se que, para os indígenas, na construção de Itaipu:

4 Disponível em: <https://turismo.guaira.pr.gov.br/memorial>.

Estava em perigo [...] sua percepção com o local e sua identidade enquanto herdeiros desta região, remanescentes dos povos originários que já povoaram esta vasta região no passado. Seus antepassados estavam enterrados ali e muitos dos cemitérios indígenas acabaram submersos pelo lago (FARIAS, 2017, pp. 32-33).

A identidade, as crenças e a subsistência, por conseguinte, foram aspectos que representaram, por parte dos guaranis, oposição à construção da usina. Em paralelo, alguns membros da população local foram igualmente contrários à construção da usina por alegarem possuir uma identidade com as cachoeiras — ainda que essa fosse diferente da identidade indígena, a qual se estendia ao âmbito religioso.

Dentro da cosmologia dos grupos Avá-Guarani encontram-se diversas percepções que são voltadas ao cuidado com o meio ambiente. Nesse sentido, constatou-se que esses indígenas “[...] possuíam/possuem uma ecologia produtiva” (BRIGHENTI, 2022, p. 118). Essa ecologia corresponde a um sistema econômico, baseado na reciprocidade (BRIGHENTI, 2022, p. 118). A produção agrícola excedente destes indígenas, por exemplo, não é objeto de acumulação (BRIGHENTI, 2022, p. 118), como no sistema capitalista, uma vez que “[...] é destinada a reciprocidade que pode ocorrer nas trocas e nas festas (cerimônia): como nos batizados (*nhemongarai*) de plantas e sementes em épocas de plantios, de crianças para que o nome fique assentado” (BRIGHENTI, 2022, p. 118). Além disso, a relação destes indígenas com a terra significa o entendimento de que a terra, na cultura indígena, “[...] produz e gera cultura” (BRIGHENTI, 2022, p. 119). No vocabulário guarani, em complementação, o termo *Tekoha*:

[...] significa “o lugar onde somos o que somos”. É a maneira como os povos Guarani e Kaiowá referem-se à sua terra tradicional. No *Tekoha*, deve haver matas (*ka’aguy*), com frutos para coleta, plantas medicinais, águas piscosas, matéria-prima para seus artefatos, áreas para plantio da roça familiar ou coletiva, para a construção de suas habitações e lugares para atividades religiosas. O *Tekoha* significa um lugar de pertencimento onde buscam a subsistência, produzem sua cultura e cultivam a solidariedade e a generosidade. O lugar onde realizam o seu “modo de ser” (CONSEA, 2016, p.4).

O vínculo entre os Avá-Guarani e a terra, portanto, vai muito além dos usos materiais que ela proporciona, em razão de significar uma conexão espiritual entre os indígenas e o seu território.

No que se refere ao rio Paraná e ao Salto das Sete Quedas, evidenciou-se que:

Na narrativa cosmológica dos Ava-Paranaenses, Nhanderu (nosso Deus) teria deixado o rio Paraná sob o cuidado dos Guarani. Consideravam-se os guardiães dessas terras e águas, que com seu grande volume das águas e movimentos de redemoinhos produziu as sete quedas e sons exuberantes, chamados genericamente de

Itaipu, ou seja, o som das águas produzidos pelo encontro com as pedras. A obra da binacional destruiu também essa narrativa mítica e se apropriou indebitamente do conceito para fins de promoção econômica e social. A força do motivo foi reduzida a um produto extremamente rentável do ponto de vista econômico. Para os Guarani, além dos malefícios da desterritorialização, ficou a frustração de não terem tido a capacidade de cumprir com a incumbência a eles atribuída pelas divindades (MELO e BRIGUENTI, 2020, p. 4).

O *éthos* (do grego antigo: ἦθος) destes indígenas, mediante pressuposto, foi comprometido pela destruição do Salto das Sete Quedas. Para além, a identidade indígena com a região pode ser reforçada pelos séculos da presença guarani no Oeste do Paraná:

Os primeiros registros sobre a presença dos Avá-Guarani, próximos do rio Paraná, na região que hoje define as fronteiras entre o Brasil, Paraguai e Argentina, encontram-se anterior a colonização portuguesa ou espanhola, na descrição do explorador Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca, que em 1542 lembra de tê-los encontrado sobre sua viagem ao Rio Paraná (RECALCATTI, 2021, p. 72).

Em acréscimo, a Ditadura Militar desconsiderou os indígenas que ficaram desguarnecidos, em meio à criação do lago de Itaipu e à submersão do Salto das Sete Quedas. Aspecto que pode ser reforçado pela política assimilacionista vigente durante a gestão dos militares:

A Ditadura Militar reproduziu e levou ao extremo a política assimilacionista, já em uso corrente desde o período da colonização. Utilizou, ainda, o modelo tutelar, segundo o qual os indígenas eram considerados relativamente incapazes, submetendo-se à tutela do Estado (NEGÓCIO, 2017, p. 287).

Posto isso, a política assimilacionista da Ditadura simbolizou a violência simbólica contra os Avá-Guarani. Confere-se, portanto, que havia durante a Ditadura Militar:

De um lado a etnia Avá-Guarani à mercê do progresso que não os incluía. Do outro lado a Itaipu, representada pelo governo ditatorial, o qual investiu em propagandas, as quais transmitiam a impressão do negócio justo, sossegado e confiável (RECALCATTI, 2021, pp. 45-46).

Por meio do enfoque nos indígenas Avá-Guarani, pretendeu-se demonstrar a ineficácia do discurso de progresso da Ditadura Militar. Na medida em que, a construção de Itaipu implicou no desfavorecimento das classes subalternas através da exploração laboral e da expulsão (em alguns casos realojamento) das populações residentes na região Oeste do Paraná, posto que “só em função da hidrelétrica de Itaipu, 40 mil pequenos agricultores deixaram as suas terras na região” (RIBEIRO, 2006, p. 60).

No tocante aos guaranis, o alagamento da região resultou na perda da área habitada pelos indígenas: algumas famílias conseguiram se realocar para outras regiões (como o Paraguai), o que levou as autoridades a teorizar, equivocadamente, sobre a não presença do povo Guaraní na região (MELO e BRIGHENTI, 2020, p. 5). As famílias que permaneceram às margens do Rio Paraná, no entanto, lutaram pelos seus direitos às terras (MELO e BRIGHENTI, 2020, p. 5). Em negociação com a Itaipu, foram oferecidas terras muito menores do que as da região antes habitada pelos nativos. Já em 1982, os indígenas foram realocados em uma nova área, de aproximadamente 250 hectares, em São Miguel de Iguazu (um espaço muito pequeno e que não comportava a população local), de forma provisória, até que Itaipu providenciasse uma região que condissesse ao território destruído (MELO e BRIGHENTI, 2020, p. 5), o que nunca aconteceu. Ademais, é interessante mencionar que uma nova terra não teria o mesmo valor sentimental e religioso que a zona arruinada, porque os indígenas consideravam-se os guardiões do rio Paraná, pela sua narrativa cosmológica (MELO e BRIGHENTI, 2020, p. 4). Em outros termos, a relação entre os nativos e a natureza local foi perdida — um dano irreparável — e acrescentou-se a esse cenário a indiferença do Estado em remediar os prejuízos causados (MELO e BRIGHENTI, 2020, p. 5).

CONCLUSÃO

A tragédia das Sete Quedas representou mais do que a construção de uma usina monumental. O projeto articulado pela Ditadura Militar de uma usina binacional como uma representação do avanço da industrialização e do progresso, na verdade, foi um fracasso para muitas pessoas: afinal, na idealização do projeto não foram considerados os impactos ambientais e sociais que a construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional poderia causar. Nesse sentido, foi construída uma usina que foi resultado tanto da destruição de um patrimônio natural, quanto da desapropriação física e simbólica de indivíduos, como aconteceu com os indígenas locais. Essa construção simboliza, conseqüentemente, que os militares focaram apenas em sua visão de progresso — altamente positivista — e investiram em uma obra colossal. Além do mais, trata-se de um empreendimento que obteve capital estrangeiro para sua construção, como outras obras do regime. A usina de Itaipu, logo, é um símbolo da política econômica dos militares: porque beneficiou, na realidade, as grandes empreiteiras de obras públicas, além de grupos internacionais do setor elétrico e dos financiadores da obra (CAMPOS e BRANDÃO, 2023, p. 30).

A negligência do Estado com as vítimas do fim do Salto das Setes Quedas, por seu lado, implicou em ações de violência, silenciadas pelo discurso

oficial da Ditadura Militar. Em contrapartida, acrescenta-se que a violência cometida contra os Avá-Guarani, especificamente, resultou em formas de resistência: como na formação das chamadas assembleias indígenas e na recorrência à memória (MELO e BRIGUENTI, 2020, p. 3). Em especial, salienta-se o emprego da memória como resistência, em função dos Avá-Guarani continuarem lutando pela garantia de uma terra digna, ou seja, que assegure a execução do seu modo de vida e de insistirem “[...] em argumentar que a terra é seu lugar de memória, se contrapondo a memória oficial de Itaipu” (SANTOS e BRIGUENTI, 2020, p. 98).

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Gustavo Kenner; OMOTO, João Akira; JUNIOR, Julio José Araujo; RAMOS, Luciana Maria de Moura (org.). *Avá- Guarani: a construção de Itaipu e os direitos territoriais*. Brasília: ESMPU, 2019.
- BRIGHENTI, Clovis Antonio. Cosmologias guarani e educação escolar: um estudo a partir do contexto do oeste do Paraná. *Aula*, vol. 28, pp. 111-123, 2022.
- BUCHVITZ, Paulo Arthur. Violência Simbólica no contexto comunitário: uma revisão bibliográfica a partir da psicanálise e da psicologia comunitária. *Perspectiva Online: humanas e sociais aplicadas*, vol. 6, n. 3, pp. 41-54, 2013. DOI: 10.25242/887636201358.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. A Construção da usina hidrelétrica de Itaipu durante a Ditadura. *Projeto História*, vol. 77, pp. 7-34, 2023.
- COELHO, Myrna. Tortura e suplício, ditadura e violência. *Lutas Sociais*, vol. 18, n. 32, pp. 148–162, 2014.
- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Tekoha: direitos dos povos guarani e kaiowá. Visita da Consea ao Mato Grosso do Sul. CONSEA. 2016. Disponível em: <https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/03/TEKOHA-DIREITOS-DOS-POVOS-GUARANI-E-KAIOWa.pdf>.
- FARIAS, Edson Alencar. *Itaipu Binacional, Alvorada do Iguaçu e Vila Bananal Deslocamento e Isolamento Social*. 2017. 107 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) — Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, 2017.
- FICO, Carlos. *O Golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- MASUZAKI, Teresa Itsumi. A luta dos Avá-Guarani no extremo oeste do Paraná. *XVIII Encontro Nacional de Geógrafos A Construção do Brasil: geografia, ação política e democracia*, vol. 1, pp. 1-12, 2016.
- Disponível em: <http://www.eng2016.agb.org.br/site/anaiscomplementares2?AREA=11>.
- MELO, Rafael Fonseca Gomes Dante de; BRINGUENTI, Clovis Antonio. Memórias e documentos do povo Guarani Paranaense na construção da Itaipu. *RELACult — Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, vol. 6, n. 1808, 2020.
- NEGÓCIO, Carla Daniela Leite. A violência física e cultural contra os povos indígenas durante o regime militar. *ARACÊ — Direitos Humanos em Revista*, vol. 4, n. 5, pp. 263-294, 2017.

- RECALCATTI, Caroline. *A construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional e a desapropriação dos territórios indígenas Avá-Guarani*. 2021. 100 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) — Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Toledo.
- RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. *Itaipu, a dança das águas: histórias e memórias de 1966 a 1984*. 2006. 260 p. Tese (Doutorado em História) — Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas.
- SANTOS, Rosângela Daiana dos; BARRETO, Marcos Rodrigues; MELO, Rafael Fonseca Gomes Dantas de. Luta e resistência dos Avá-Guarani no Oeste do Paraná. *RELACult — Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, vol. 5, pp. 1-13, mai. 2019.
- SANTOS, Rosângela Daiana dos; BRIGHENTI, Clóvis Antonio. Quatro Décadas a Espera de Reparações Justas. A Extinção do Território Guarani pela Itaipu Binacional. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, vol. 14, n. 3, pp. 77-102, 2020.
- SOUZA, Edson Belo Clemente de. Contextualização Política da Construção da Barragem de Itaipu. *Revista Perspectiva Geográfica*, n.1, pp. 25-47, 2005.

A construção de Itaipu e a violência cometida contra os indígenas do tronco Guarani do oeste do Paraná

Resumo

Neste artigo visou-se explorar a violência sucedida contra os indígenas Avá-Guarani ante a construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional — na região do oeste do Paraná — durante a Ditadura Militar. Para tanto, foram abordadas a implementação do projeto da usina e as concepções de progresso e de economia defendidas, naquele contexto, pelos militares, bem como as consequências físicas e simbólicas verificadas contra os guaranis: como a desapropriação das suas terras e a destruição do Salto das Sete Quedas (espaço que era carregado de um significado religioso para esses indígenas).

Palavras-chave: Violência; Avá-Guarani; Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional; Ditadura Militar.

The construction of Itaipu and the violence committed against the indigenous people of the Guarani trunk of western Paraná

Abstract

This article aimed to explore the violence that occurred against the Avá-Guarani indigenous people during the construction of the Itaipu Binational Hydroelectric Plant — in the western region of Paraná — during the Military Dictatorship. To this end, the implementation of the plant project and the concepts of progress and economy defended, in this context, by the military were discussed, as well as the physical and symbolic consequences seen against the guaranis: such as the expropriation of their lands and the destruction of the Salto das Sete Quedas (a space that was loaded with religious meaning for these indigenous people).

Keywords: Violence; Avá-Guarani; Itaipu Binational Hydroelectric Plant; Military Dictatorship.

Recebido em: 17 de Abril de 2024
Aprovado em: 15 de Agosto de 2024